

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

1. INSTITUCIONAL

O Município de Mar de Espanha, fundado em 10 de setembro de 1851, está situado na Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, a 320 km da Capital do Estado, Belo Horizonte, integrando a Microrregião de Juiz de Fora..

O Município possui uma área de 372,1 km² e sua população está em aproximadamente 12.814 mil habitantes (IBGE, 2010), com atualizações.

A economia do Município possui como principais setores o Serviço e a Indústria, desenvolvendo também atividades agropecuárias.

A Prefeitura Municipal é o órgão onde se desempenha as atividades do Poder Executivo do Município.

A Administração Municipal é composta de secretarias, fundos e demais órgãos executivos, como o Controle Interno e a Ouvidoria.

Relativo as atribuições do Executivo Municipal, destacamos a importância de organizar e prestar os serviços públicos municipais, que são de interesse predominantemente local.

As obras e serviços da competência municipal em que predomina o interesse local coletivo como, por exemplo, a limpeza pública, o fornecimento de água, a extensão e manutenção das redes de esgotos e da iluminação pública, bem como, o atendimento a demanda por serviços de saúde e educação básica, a assistência social, a realização direta ou contratada de obras de infraestrutura urbana, o escoamento da produção rural, mobilidade e todas as demais realizações municipais exigem da gestão municipal um constante planejamento e um controle contínuo, a garantia de melhores condições de vida dos munícipes e bem-estar social.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

Essas Notas Explicativas referentes às Demonstrações Contábeis consolidadas da Prefeitura e da Câmara Municipal de Mar de Espanha foram elaboradas com o objetivo de apresentar as informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando de forma analítica as Demonstrações Contábeis do Município referentes ao exercício de 2019 e comparativas ao exercício de 2018, quando aplicável, com a finalidade de tornar mais transparente os dados apresentados nas Demonstrações elaboradas para Prestação de Contas Anuais do Exercício de 2019.

O Município de Mar de Espanha participa de consórcios da área da Saúde, Inspeção Animal e Assistência Social, que são consolidados no sistema informatizado de contabilidade utilizado pela Prefeitura Municipal de Mar de Espanha, conforme prestações de contas mensais da execução das despesas inerentes aos Contratos de Rateio assinados com esses Consórcios Públicos.

Cabe destacar que a Administração Pública brasileira vem realizando a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, cujo marco foi a publicação da Portaria n. 184/2008 do

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

Ministério da Fazenda. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, vem editando normativos, manuais e instruções de procedimentos contábeis, em consonância com os pronunciamentos da *International Federation of Accountants* (IFAC) e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicadas ao setor público para condução desse processo de convergência.

Deste modo, o patrimônio das entidades públicas passará a ser registrado de forma completa, abrangendo todos os Ativos e Passivos, em conformidade com o princípio da competência, subsidiando, assim, melhor a tomada de decisão por parte de todos os usuários da informação contábil.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.111, de 29 de novembro de 2007, bem como, observa as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e os Manuais de Contabilidade elaborados pela Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria do Tesouro Nacional.

Os principais normativos e legislação utilizados para embasar o processo de reconhecimento, mensuração, avaliação, registro e evidenciação do patrimônio do Município de Mar de Espanha encontram-se listados a seguir:

- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo CFC, que dispõem sobre aspectos contábeis específicos da gestão governamental;
- Lei n. 4.320, de 17/03/1964, que estatui as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Complementar n. 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Portaria STN n. 634, de 19/11/2013, que dispõe sobre as regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual;
- Portaria STN n. 548, de 24/09/2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual;
- Nota Técnica n. 6/2016/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, que dispõe sobre a não obrigatoriedade de apresentação dos anexos originais da Lei n. 4.320/1964 para a STN;
- Portaria Interministerial STN/SOF n. 06, de 18/12/2018, que aprova a Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) da 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- Portaria STN n. 877, de 18/12/2018, que aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), III – Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

(MCASP);

Os requisitos de reconhecimento e mensuração dispostos nos padrões internacionais de contabilidade referentes aos itens componentes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público não foram totalmente aplicados em face do processo de convergência às normas internacionais estar em andamento.

Os critérios de mensuração dos Ativos e Passivos obedecem ao determinado na NBC TSP– Estrutura Conceitual, de 23/09/2016, que estabelecem os conceitos a serem aplicados na elaboração e na divulgação formal dos Demonstrativos Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário tem, como finalidade, evidenciar o confronto entre receitas e despesas previstas com as realizadas, bem como o resultado da execução orçamentária (superávit ou déficit orçamentário).

No ano de 2019, o Município de Mar de Espanha teve suas atividades orçamentárias autorizadas pela Lei nº 1548/2018, e nas demais leis de abertura de créditos adicionais, conforme quadro explicativo a seguir:

Leis	Autorizado	Aplicado	A aplicar	Percentual
Créditos Suplementares				
Créditos autorizados pela lei nº 1.548	8.626.625,10	6.068.259,66	2.558.365,44	70,34%
Créditos autorizados pela lei nº 1.575	1.346.573,12	618.012,83	728.560,29	45,90%
Créditos autorizados pela lei nº 1.581	51.000,00	51.000,00	0,00	100%
Créditos autorizados pela lei nº 1.587	50.000,00	50.000,00	0,00	100%
Créditos Especiais				
Créditos autorizados pela lei nº 1.557	3.300,00	3.300,00	0,00	100%
Créditos autorizados pela lei nº 1.561	100.000,00	100.000,00	0,00	100%
Créditos autorizados pela lei nº 1.563	25.000,00	25.000,00	0,00	100%
Alteração de fonte recursos				
Créditos autorizados pela lei nº				
Total	10.202.498,22	6.915.572,49	3.286.925,73	

Foram abertos créditos adicionais com as fontes de recursos do superávit financeiro e o excesso de arrecadação. Nesse caso, apresentamos a seguir os dados da Prefeitura e da Câmara, conjuntamente, em face da competência exclusiva do Prefeito Municipal para tratar sobre a matéria:

Fonte de Recursos	Superávit Exercício Anterior	Excesso de Arrecadação/ Operação de crédito
00 - Ordinários	0,00	79.089,51

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

01 - Impostos e transf. impostos - Educação	0,00	11.749,65
02 - Impostos e transf. impostos - Saúde	0,00	60.260,00
17 - COSIP	147.000,00	0,00
18 - FUNDEB - Magistério	0,00	80.514,06
29 - Transferências FNAS	80.425,00	0,00
44 - PNAE	9.903,62	0,00
48 - SUS - Atenção Básica	303.969,02	95.741,87
49 - SUS - Média e alta complexidade	0,00	0,00
50 - SUS - Vigilância em saúde	16.227,50	0,00
51 - SUS - Assistência farmacêutica	11.313,97	29.699,64
53 - SUS - Investimento	194.000,00	0,00
55 - FES	20.137,72	0,00
92 - Alienação de Bens	0,00	20.422,89
Total	782.976,83	377.477,62

Nesse exercício não ocorreram reaberturas de créditos especiais ou extraordinários.

A reserva de contingência não foi utilizada como fonte para abertura de crédito adicional suplementar.

Do montante de despesas executado em 2019, foram inscritos R\$ 236.850,19 em Restos a Pagar Não Processados (RPNP), decorrentes de contratos firmados pelo Município, englobando tanto os serviços prestados no mês de dezembro (incluindo aí os serviços de natureza contínua) como as contratações de aquisições de bens permanentes, cujo processo licitatório foi concluído no final do exercício, não havendo tempo para a entrega e, conseqüentemente, para a liquidação. Quase a totalidade do saldo inscrito em RPNP do exercício de 2018 foi pago ou cancelado durante o ano de 2019, restando R\$75.929,19 e dos exercícios anteriores (2017 e 2014) restam R\$ 87.896,54 referente a empenhos de obras em andamento com saldos em conta bancária.

Também foram inscritos R\$1.262.415,49 de Restos a Pagar Processados (RPP), cujo saldos encontram-se explicados na sessão "Balanço Patrimonial", no item "Passivos". De acordo com as exigências legais e com as boas práticas contábeis, foram realizados procedimentos para que não fossem inscritos indevidamente Restos a Pagar no encerramento do exercício. Desse modo, as unidades executoras foram contatadas, formalmente, no final do mês de novembro e no decorrer do mês de dezembro, para que informassem se os saldos de empenhos seriam executados dentro do exercício e, caso contrário, se poderiam ser cancelados.

Ao final do exercício, no confronto entre receitas previstas e realizadas apurou-se um déficit total de arrecadação de R\$ 1.257.319,59, e no confronto entre despesas fixadas e realizadas apurou-se uma economia de despesas de R\$ 3.580.785,54.

Na apuração do resultado da execução orçamentária, as receitas realizadas mais o saldo advindo de exercícios anteriores, menos as despesas empenhadas geraram um superávit de R\$ 1.952.988,33.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

5. BALANÇO FINANCEIRO

A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Tal demonstrativo parte do saldo inicial advindo do exercício anterior e demonstra a entrada (receitas orçamentárias e ingressos extraorçamentários) e saída (despesas orçamentárias e dispêndios extraorçamentários) de recursos financeiros, bem como suas equivalências, até chegar no saldo final disponível para o exercício seguinte.

Dessa forma, podemos demonstrar, resumidamente, a composição e a movimentação financeira do Município de Mar de Espanha, conforme a seguir:

Saldo do Exercício Anterior	
Bancos c/ Movimento	3.024.242,08
(+) Entradas de Recursos ou Equivalente	32.734.534,91
(-) Saídas de Recursos ou Equivalente	31.510.382,21
Saldo do Exercício Seguinte	
Bancos c/ Movimento	4.248.394,78

Faz parte dessa Demonstração Contábil a coluna com os valores apurados no exercício anterior, viabilizando a comparabilidade da evolução de valores de um exercício financeiro para o outro.

6. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, conforme o MCASP, é a Demonstração Contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio das contas representativas do patrimônio público ao final do exercício.

6.1. Ativos

No Ativo Circulante os valores registrados na rubrica de caixa e equivalente de caixa foram devidamente conciliados e correspondem aos valores disponíveis em caixa e depósitos bancários, estando estes com seus devidos montantes protegidos em relação ao poder aquisitivo, através de investimentos de curto prazo, sendo mensurados pelo valor original.

Os créditos a curto prazo referem-se a expectativa de arrecadação da dívida ativa tributária no próximo exercício financeiro, no valor de R\$ 2.702.774,47 e aos valores da dívida do Estado de Minas Gerais com o Município de Mar de Espanha, incluindo os repasses constitucionais e legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

do IPVA, ICMS e FUNDEB, no montante de R\$ 2.709.977,89.

Os demais créditos e valores de curto prazo são assim compostos, sendo todos da Prefeitura, pois a Câmara não possui valores:

Título	31/12/2019	31/12/2018
2 - 3.01 SALÁRIO FAMÍLIA		
2 - 3.02 SALÁRIO MATERNIDADE	1.377,60	14.443,82
2 - 3.04 ADIANTAMENTO DE VIAGEM	3.218,70	-91,61
2 - 3.99 PENALIDADE DE MULTA DE TRANSITO	110,00	843,42
2 - 3.99 AVARIAS VEÍCULOS - SERVIDORES	1.115,71	208,24
Subtotal	449,00	0,00
	6.271,01	15.403,87

Quanto ao Almojarifado, os estoques de mercadorias são mensurados pelo valor de aquisição e são administrados em cada unidade administrativa. O Município está ajustando seus controles para conversão ao almoxarifado de controle único, permitindo o melhor controle do fluxo de mercadorias.

No Ativo Não Circulante está o saldo da Dívida Ativa de baixa liquidez, a participação no patrimônio dos Consórcios: CIESP - Consorcio Intermunicipal de Especialidades e CISDEST - Consorcio Inter. Ger. da Rede de Urgência e Emergência e o Ativo Imobilizado Bens Móveis e Imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares, que são mensurados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Esses investimentos permanentes estão sendo gradativamente trazidos a valor justo de mercado, devidamente inventariados e administrados fisicamente por servidores responsáveis eletronicamente através de sistema informatizado.

6.2. Passivos

O Passivo Circulante refere-se aos compromissos assumidos com servidores e suas obrigações, bem como relativos aos fornecedores e demais credores, sendo composto pelos restos a pagar processados e por depósitos e consignações:

Restos a Pagar Processados						
Título	Saldo Anterior	Inscrição	Restab.	Baixa	Cancelamento	Saldo final
PM - 2014	558,00	0,00	0,00	0,00	558,00	0,00
PM - 2015	5.375,04	0,00	0,00	0,00	5.375,04	0,00
PM - 2016	2.153,88	0,00	0,00	733,33	1.420,55	0,00
PM - 2017	6.493,65	0,00	0,00	0,00	1.793,65	4.700,00
PM - 2018	967.126,06	0,00	0,00	967.126,06	0,00	0,00
PM - 2019	0,00	1.262.415,49	0,00	0,00	0,00	1.262.415,49
Total	981.706,63	1.262.415,49	0,00	967.859,39	9.147,24	1.267.115,49

Depósitos e Consignações		
Título	31/12/2019	31/12/2018
CM - 1.01.03 INSS	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

CM - 1.03.04 IRRF		0,00	0,00
CM - 1.12.06 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		43,62	55,88
CM - 1.15.05 EMPRÉSTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL		0,00	0,16
PM - 1.01.03 INSS		60.748,33	48.801,19
PM - 1.03.20 IRRF		115,07	14.031,97
PM - 1.04.19 ISSQN		349,80	823,99
PM - 1.05.04 PENSÃO ALIMENTICIA		0,00	544,89
PM - 1.06.05 PLANO DE SAÚDE SAMTA		5.355,00	6.985,68
PM - 1.07.02 DESCONTO EMPRÉSTIMO BRADESCO		262,84	526,68
PM - 1.09.16 SEST/SENAT A RECOLHER		0,00	1.001,05
PM - 1.10.17 CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		0,00	305,96
PM - 1.14.18 MULTA DE TRÂNSITO		0,00	591,89
PM - 1.15.06 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CEF		25.021,56	46.446,18
PM - 1.15.07 EMPRÉSTIMO BANCÁRIO ITAU		0,00	1.888,94
PM - 1.15.14 EMPRÉSTIMO PARTICULAR		0,00	0,00
PM - 1.15.15 FINANCIAMENTO INFOPOINT		993,50	1.082,35
PM 1.19.24 FOLHA DE PAGAMENTO DEZ/2018		0,00	-41.438,77
PM - 1.19.25 DÍVIDA ATIVA - LICITAÇÕES		0,00	0,00
PM - 1.19.26 PARCELAMENTO DE IPTU		0,00	0,00
Total		92.889,72	81.648,04

No Passivo Não Circulante encontra-se registrado dívida com INSS cuja atualização foi feita após e missão de extrato por parte Receita Federal.

Comparando o Patrimônio Líquido do exercício anterior com o apurado esse ano, verifica-se um resultado patrimonial de R\$ 1.727.919,23, devidamente detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

7. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art.104 e Anexo15daLei Federal nº 4.320/64,que assim definem esse demonstrativo: “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

Contudo,como advento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo como MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN – Secretariado Tesouro Nacional, o referido demonstrativo sofreu algumas alterações, de forma a evidenciar as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas.

Entende-se por variações patrimoniais quantitativas aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e são divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Entende-se por variações patrimoniais qualitativas aquelas de correntes da execução orçamentária que consistem em incorporação e desincorporação de ativos, bem como incorporação e desincorporação de passivos.

O resultado econômico apurado no exercício em exame foi um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 1.727.919,23, conforme Demonstrações das Variações Patrimoniais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAR DE ESPANHA

Estado de Minas Gerais

8. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa em cada um dos fluxos: atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

No exercício de 2019 a DFC apresentou superávit nas atividades operacionais. As movimentações extra-orçamentárias foram registradas nas rubricas “Outros Ingressos Operacionais” e “Outros Desembolsos Operacionais”. A variação de caixa e equivalentes de caixa foi positiva em R\$ 2.810.400,82.

Os ingressos operacionais decorrentes de receitas derivadas (Impostos, Taxa e contribuições) são disciplinados pelas Leis nº 1460/2015

Dos ingressos operacionais decorrentes de transferências recebidas merecem destaque para as seguintes transferências constitucionais e legais: Fundo de Participação dos Municípios no valor de R\$ 11.770.056,88, Conta-Parte do ICMS no valor de R\$ 4.627.298,03, Cota-Parte do IPVA no valor de R\$ 1.181.974,53. Houve, ainda, ingressos significativos decorrentes de transferências voluntárias (Convênios) do Estado e da União, no valor de R\$ 405.677,21 e Alienação de Bens no valor de R\$ 160.000,00.

O Município considera a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, não havendo nenhum ajuste a ser realizado.

Os ingressos oriundos da alienação de ativos decorrem da venda de bens móveis e imóveis que foi autorizada pelo poder legislativo através da Lei nº 1.586 de 27 de agosto de 2019. Os recursos arrecadados foram aplicados na aquisição de bens móveis ou imóveis, conforme processo licitatório nº 73/2018, 129/18 e 170/19 e Contratos nº 71/18 e 91/18.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

Declararam a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Prefeitura Municipal ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Mar de Espanha, 18 de março de 2020.


Vilma Silva Melo Ferreira
Técnico em Contabilidade
CRC/MG: 076104/O-9